



**CRÔNICA**  
**J. RIGOLÃO**  
jose@rigolon.com.br

# ANTES E DEPOIS

**Antes** – É evidente que nosso País está enfrentando uma seria crise econômica e também uma precária situação política. Relembro duas datas que se tornaram de grande importância, 13 e 15 de Março. Em uma reunião com sindicalistas, anterior à sexta-feira, 13, o ex-presidente do Brasil afrontou nossa Constituição e afirmou que teríamos uma guerra, caso houvesse protestos nas ruas contra políticos e o atual governo que, em minha opinião, está deixando o País em frangalhos.

Seus seguidores foram às ruas no dia 13, com a bandeira de salvar a Petrobras. A proposta, porém, deve ter nascido nas terras do absurdo e do hilário. Esqueceram que o PT está no governo há doze anos e que nossa atual presidente da República foi Ministra de Minas e Energia e da Casa Civil e presidente do conselho da própria Petrobras. E difícil entender como ela não notou nada de errado na estatal. Me faz lembrar, mais uma vez, o ex-presidente e seu já famoso “não sei de nada” durante as investigações do famigerado “Mensalão”.

**Depois** – Felizmente as duas manifestações, na sex-

ta-feira (13) e domingo (15), foram pacíficas e não se registrou nenhum caso maior de violência. Apesar dos grupos estarem politicamente em lados opostos, foi uma bela demonstração de democracia. Que continue assim, sempre dentro da civilidade e sob o inquestionável peso da nossa Constituição. É certo que teremos que atravessar uma tempestade em 2015, e talvez até em 2016, em razão dos erros do atual governo nas áreas econômica, política e social. Todo mundo vai ter que pagar a conta!

Mas que ninguém pense em “guerra”, como ousou dizer nosso ex-presidente. Guerras, principalmente entre irmãos, são sanguinolentas, e não faltam exemplos pelo mundo. São barbaridades e loucuras que devem ser combatidas a qualquer preço. Estamos no terceiro milênio, e apesar da crise, vivemos em um País jovem, que ainda tem muito a aprender, mas apresenta condições plenas de se reerguer e vislumbrar um promissor futuro. Vamos corrigir os erros, para seguir em frente, com fé, esperança e paz! E lembrar do velho dito popular: “depois da tempestade, vem a bonança”.

# TROVAS

*J. R. do Amaral Lincoln*

Mas, se o que lhe digo é em vão  
- acerca dos meus desejos -  
ouça então meu coração,  
falando por seus latejos.

\*\*\*

Não somos porque nos pomos,  
nem somos só porque estamos:  
a vida, de que dispomos,  
só é porque nós lembramos.

\*\*\*

Padre Vieira já dizia:  
quem quer mais do que convém  
perde tudo o que queria  
e ainda perde o que tem.

# CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Com o objetivo de sempre atualizar-se na profissão, o advogado tatuiano José Rubens do Amaral Lincoln (foto) concluiu mais um curso de especialização, na área de “Criminologia, Política Criminal e Segurança Pública”, pela Universidade Anhanguera-Uniderp, que teve a duração de um ano. O advogado é professor de Direito há trinta anos e obteve a maior nota de sua turma: 10. Ao final do curso, ele apresentou a monografia “Vitimologia” e fez a sustentação oral. O Jornal Integração



parabeniza o ilustre advogado e colaborador por mais essa conquista profissional.

**JORNAL INTEGRAÇÃO**  
e-mail: redacao@jornalintegracao.com.br



**EXPEDIENTE**  
Integração - o Jornal do Povo Ltda. - Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CNPJ: 45.941.838/0001-18  
**DIRETOR RESPONSÁVEL:**  
José Reiner Fernandes (Reg. no MTB. Nº 12095)  
**DIRETOR PROPRIETÁRIO**  
Renê José Rodrigues Fernandes  
**REDATORA:**  
Aideé Maria Rodrigues Fernandes (Reg. no MTB. Nº 16035)  
**ESPORTES:**  
Rogério Lisboa (Reg. no MTB. Nº 24727)  
**FUNDADORES em 24/12/1975:**  
José Reiner Fernandes, Francisco José Lang Fernandes de Oliveira, Roberto Antonio Carlessi, Ivan Gonçalves e Acassil José de Oliveira Camargo  
**Propriedade da Empresa Jornalística Integração - o Jornal do Povo Ltda.**  
**Rua São Bento, 785- Tatuí/SP - CEP: 18270-820**  
**Tiragem: 3.500 exemplares**  
**e-mail:** integracao@aseta.com.br  
Impresso: A Tribuna de Piracicaba - Rua Luiz Gama, 144 - Piracicaba/SP



**DESTAQUES ECONÔMICOS**  
*Antônio José Martins*  
e-mail: martins\_32@terra.com.br

**SALVEM O AJUSTE FISCAL DO JOAQUIM LEVY** – Pelo andar dos acontecimentos, o ajuste fiscal tem tudo para não dar certo. Ele ainda nem aprovado foi e a Presidente Dilma autoriza a prorrogação por trinta anos, com redução de juros e correção monetária, da dívida dos clubes de futebol profissional com a União. O total da dívida é de R\$ 4 bilhões. O Congresso triplica as verbas à disposição dos deputados e o Judiciário aprova aumento de vencimentos muito acima da inflação.

**E TEM MAIS** – CUT, CGT e MST já estão prontos para pressionar o Governo a revogar as medidas já tomadas, que reduzam vantagens de toda ordem. Já se fala até mesmo que o ministro ameaçou com a renúncia da equipe econômica. Será a perda de uma oportunidade, a única dos últimos anos, de recolocar o País na rota do desenvolvimento.

**OUTRA** – Senado devolve Medida Provisória de desoneração em retaliações a Dilma.

**MAIS OUTRA** – Emenda vai dobrar verba para partidos. Assim não há ajuste fiscal que resista! Nem aqui, nem na China!

**BNDES FINANCIA OBRA DA ODEBRECHT EM CUBA** – São US\$ 150 milhões. Nosso comentário: Por outro lado, a indústria brasileira reclama da redução de financiamentos no Brasil.

**FUTEBOL** – Se fosse possível, a FIFA faria todas as Copas no Brasil. O lucro líquido da entidade foi de US\$ 8,3 bilhões com a Copa dos 7x1. Nosso comentário: Que moleza!

**PROCESSOS POR ERRO**

# DESESPERO E MAIS IMPOSTOS

*\* Marcos Cintra*

O governo atira para todos os lados tentando recuperar a credibilidade e o apoio popular, esfarelado frente ao enorme desgaste derivado da corrupção institucionalizada e da má gestão da política econômica. Discursando frente à necessidade de obter recursos para cobrir o rombo orçamentário e com o objetivo de agradar a classe média e a população de baixa renda, a cúpula do PT anunciou que vai propor a criação de tributos sobre heranças e sobre grandes fortunas para “reduzir as desigualdades” e a volta da CPMF “para manter os programas sociais”.

Aumentar o ônus sobre os contribuintes é uma tarefa indigesta para qualquer governo em qualquer parte do mundo. É evidente que a atual situação da presidente Dilma frente à opinião pública é o pior dos cenários para o Executivo propor a criação de novos tributos. Assim, a estratégia é deixar que o projeto venha da cúpula do PT. A ideia é tentar preservar o governo, rejeitado por 62% dos brasileiros, segundo pesquisa do Datafolha.

Primeiramente, cabe dizer que há muita discussão a respeito da eficiência e eficácia da tributação sobre grandes fortunas. Trata-se de um imposto que esbarra em dificuldades operacionais, possui baixa produtividade e seu custo de gerenciamento é alto. Em vários países esse tributo foi reduzido a mero mecanismo auxiliar do Imposto de Renda e em outros, como Japão, Irlanda e Itália, ele foi abandonado.

Outro aspecto da tributação para “reduzir a desigualdade” levanta o seguinte questionamento: será que os impostos sobre grandes fortunas e sobre heranças serão compensados com a redução de tributos que pesam para a classe média e a população de baixa renda, como o Imposto

de Renda e a Cofins, por exemplo? Ou será que eles servirão apenas como novas fontes de recursos para manter um governo esbanjador, corrupto e incompetente?

Em relação à CPMF cabe questionar o seguinte: não seria conveniente o governo acabar com parte dos atuais ministérios e cargos políticos para reduzir despesas, racionalizar o uso do dinheiro público e combater desvios de recursos? Em 2002 o país tinha 21 ministérios e 810 mil funcionários públicos e hoje são 39 ministérios e quase um milhão de servidores federais. Será que há interesse em reduzir essa estrutura?

Convém dizer que em entrevista para anunciar que vai defender a volta da CPMF o presidente do PT foi no mínimo hilário. Para Rui Falcão, o partido “não está falando de um novo imposto, mas de uma contribuição para a saúde”. Será que isso serviu para amenizar a fúria do contribuinte ao saber que pode ter uma carga tributária ainda maior que os atuais 36% do PIB, só vista nos países ricos da Europa, e também evitar uma aversão ainda maior ao atual governo e ao PT?

O PT perdeu completamente o rumo e não está em sintonia com as necessidades do país. Se a ideia era “reduzir desigualdades” e “manter programas sociais” porque o partido não investiu, por exemplo, em uma reforma tributária que melhorasse a distribuição de renda quando a popularidade do governo era alta e porque não combateu a corrupção que desviava recursos da área social?

O fato é que, pressionado pelas ruas, o governo petista tenta salvar sua pele a qualquer custo. A conta é jogada no colo da classe média, que já começa a sofrer com a forte recessão que está chegando. Mais impostos servirão para aprofundar a crise.

\* Marcos Cintra é doutor em Economia pela Universidade de Harvard (EUA) e professor titular de Economia na FGV (Fundação Getúlio Vargas). Foi deputado federal (1999-2003) e autor do projeto do Imposto Único.

# NOTAS

*\*GAUDENCIO TORQUATO*

**REFORMA MINISTERIAL**  
Mexerá com três a quatro ministérios. No máximo. Henrique Alves, ex-presidente da Câmara, deve ser chamado.

**DUQUE**  
Este escriba viu, na Câmara, o depoimento de Renato Duque na CPI da Petrobras. Impressão: ele vai acabar dando mais nomes aos bois. Disse: há hora de calar, há hora de falar. Um recado.

**TRAUMA E TRAUMANN**  
O ministro Thomas Traumann, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, deve deixar o cargo. O vazamento de seu documento deixou o traumatizado. Não tem mais condições de continuar na Pasta.

**NA MOITA**  
Passarinho na muda não pia. Lula está muito calado. Coisa rara em papagaio palrador.

# O BRASIL É OUTRO? DEZ LEITURAS

A pergunta recorrente é: o Brasil é outro, a partir do dia 15 de março? A grande mobilização, a maior desde o movimento das Diretas Já, nos idos de 1984, terá impactos sobre a vida nacional? Vamos a algumas reflexões.

O que surge de uma primeira leitura é que vimos um Brasil cívico e participativo. As cores verde, amarelo e branco denotam a estética cromática da bandeira nacional. Diferentemente, por exemplo, do vermelho total da manifestação do dia 13, puxada por PT, CUT e MST. Uma coisa é defender o país; outra coisa, bem menor, é defender um partido. Quem foi às ruas?

Todas as camadas sociais estavam presentes – esta deve ser a segunda leitura. Evidente que as classes médias se fizeram representar em maior quantidade, eis que mais sensíveis e próximas aos eventos políticos. Mas não tem sustentação a hipótese de que as margens não estavam presentes. Desse modo, como se explica o fato de a presidente Dilma registrar, nesses dias turbulentos, apenas 7% na categoria bom/ótimo de avaliação positiva nas pesquisas de opinião? Portanto, o chamado povão também estava lá. O metrô de São Paulo se encheu de gente dos bairros periféricos. O que nos remete à terceira leitura, o discurso.

Qual a razão maior para puxar o cordão das manifestações? A teia de corrupção que envolve o País. Por mais que algumas entidades queiram dizer que o impeachment da presidente tenha sido o *leit motiv*, o arrastão das massas foi inspirado, com maior intensidade, pela ladroeira e, particularmente, pelo propinoduto no entorno da Petrobrás. É claro que as faixas pedindo impeachment também se faziam ver nas correntes das ruas. Em plano menor.

A quantidade de pessoas é outro ponto polêmico, daí a merecer a quarta leitura. Um milhão, duzentos ou seiscentos mil? Não importa muito a quantidade. Importa aduzir que foi a maior movimentação cívica desde 1984. E que se traduziu por uma participação plural da sociedade. Não apenas do eleitorado da oposição, como erradamente opinou o ministro Miguel Rossetto, esse mais próximo à presidente.

Diferentemente de mobilizações do passado, o grito do dia 15 foi convocado pelas redes sociais e por ondas formadas a partir dos círculos concêntricos. Nesta quinta leitura, percebe-se que os meios foram múltiplos: boca a boca, usuários das redes, veículos massivos de comunicação etc. Importante ressaltar que não houve convocação por meio de partidos políticos ou de centrais sindicais. Viu-se uma participação espontânea, natural,

sem atendimento aos partidos ou a grupos pagos. Não houve distribuição de lanche nem passagem paga por patrocinadores.

Sexta leitura: errado também confinar o movimento a São Paulo. As regiões do País foram contaminadas pelo sangue do civismo, algumas com maior intensidade que outras. Viu-se, por exemplo, que as manifestações no Nordeste ganharam menor escala. Nem por isso pode-se dizer que a região não se tocou pela mobilização. No Rio Grande do Sul, a concentração de 100 mil pessoas em Porto Alegre deixou forte marca.

O que nos leva à sétima leitura, sobre o panelaço, que veio na sequência do evento. A tentativa dos ministros Miguel Rossetto e José Eduardo Cardozo de explicar a manifestação do dia 15 foi recebida com pancadaria nas panelas em muitas capitais. O ministro Cardozo se expressou melhor, uma fala mais política e mais certa. O desastre ficou por conta de Rossetto, que atribuiu as manifestações aos eleitores que não votaram em Dilma. Um erro de visão. O ministro precisa tomar um banho de rua.

A oitava leitura mostra que a democracia participativa no País ganha densidade e solidez. Daí a nossa projeção de que esses movimentos deverão, doravante, se incorporar à paisagem urbana, de maneira pontual e em menores proporções. Veremos grupos e categorias profissionais indo às ruas para gritar por demandas específicas. E, ainda, acompanhar os passos do petrolão que devem seguir por todo o ano, batendo nas margens eleitorais de 2016.

O governo continua a estudar respostas. E a nona leitura é sobre os efeitos. O mais alentado é o pacote contra a corrupção, que não provocou nenhuma comoção. Afinal, normas e regras rígidas existem. Falta apenas cumpri-las. O governo responde às demandas com lero-lero, ou seja, discurso inconsequente. Deveria, isso sim, fazer cortes de gorduras e excessos. E, ainda, promover uma reforma ministerial para ajustar os parâmetros à realidade das ruas e a *real politik*.

Finalmente, a décima leitura nos leva ao amanhã, a aurora de um País passado a limpo, expurgado não de todas as mazelas, mas de alguns vícios e ilicitudes. Veremos os próximos tempos enxertados com sementes fortes: o escopo conceitual pedindo por mais ação e menos discurso; transparência; agilidade; qualidade; enxugamento; reforma política; ajustes econômicos; participação; envolvimento social; poder centrípeto (das margens para os centros); punição; rigor e zelo.

Gaudêncio Torquato, jornalista, professor titular da USP é consultor político e de comunicação. Twitter: @gaudtorquato